

# **A Agricultura Orgânica como Estratégia de Novas Ruralidades:**

## **– um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba -**

**Karen Follador Karam**

*Consultora independente na área socioambiental*

*karenkaram@uol.com.br*

*Rua Itapuã, 55, Itacorubi – Florianópolis/SC – 88.034-510*

*(XXX – 48)334-4594*

**Resumo** - As novas ruralidades nas sociedades modernas tem sido tema de investigação em vários países, devido as transformações recentes no meio rural e na relação deste com o meio urbano. Neste trabalho, trata-se a ruralidade nos mesmos termos que o meio social rural, o qual é entendido como uma categoria de pensamento do mundo social, com singularidades de modos de vida e sociabilidades. Essa postura se contrapõe àquelas que pressupõem que o rural deve estar submetido ao urbano, locus de expressão da própria modernidade. Nesse contexto, estuda-se a agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), analisando, de um lado, a atuação da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), a qual entende que esse sistema de produção é a ferramenta de um projeto voltado ao desenvolvimento social para a agricultura familiar, e, de outro, a constituição dos grupos de agricultores orgânicos e ela associados, aqui identificados como agricultores tradicionais e agricultores neorurais. É da aliança entre o conjunto de atores do meio social rural e do meio social urbano, agricultores, técnicos e assessores, que se vê emergir um novo “meio rural vivo” na RMC, tendo a agricultura orgânica como estratégia.

**Palavras chave** – ruralidade, agricultura orgânica, sociedades sustentáveis.

**Abstract** - The new ruralities in modern societies have become a research issue in several countries in so far recent transformations are perceived in the rural area and its relation with the urban area. Rurality, in the present study, refers to the social environment in the rural area. It is employed as a category of interpretation of the social milieu, with specific way of living and socializing. This interpretation diverges from those that presume that rural areas must submit to urban areas as a locus of expression of modernity itself. In this context organic farming in the Metropolitan Region of Curitiba (MRC) is studied. The study analyzes, on the one hand, the performance of the Association of Organic Farming of Paraná (AOF), who considers this production system as part of a project to enhance social development of the family farming. On the other hand, groups assembled by organic farmers are studied, identifying them either as part of a traditional or neo-rural social segment. It is the association of social actors in both the rural and urban environment, such as farmers, technicians and advisors that makes a new "living rural milieu" emerge in the MRC, having the organic farming as a strategy.

**Key-words** - rurality, organic farming, sustainable societies.

## Introdução

Este artigo é resultado da tese de doutorado “Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade”, realizada no âmbito do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. O objetivo do trabalho é investigar a emergência de uma nova ruralidade na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde a agricultura orgânica<sup>1</sup> tem se apresentado como uma estratégia de permanência e dinamização do modo de vida rural, tanto para agricultores tradicionais da região quanto para agricultores neorurais.<sup>2</sup> Resgata-se a visibilidade do espaço rural no contexto de uma região metropolitana, onde, embora sejam predominantes as relações socioespaciais urbanas, características da sociedade urbano-industrial na modernidade, observa-se a permanência de um espaço rural re-atualizado.

A Região Metropolitana de Curitiba - RMC, situa-se no Estado do Paraná. Até o final dos anos de 1980 a região era composta por 14 municípios - a cidade pólo de Curitiba e outros 13 municípios confrontantes com ela -, os quais estavam originalmente incluídos na Lei Complementar nº 14, de 1973, que criou as regiões metropolitanas no país<sup>3</sup>. Desde o início da década de 1990 vários municípios foram desmembrados daqueles originais, e, outros tantos foram incorporados ao limite atual da região. Assim, em 2000 já eram em 25 os municípios os integrantes da RMC.

Atualmente, dentre as demais regiões metropolitanas brasileiras, a de Curitiba é a maior em extensão territorial, com mais de 13 mil km<sup>2</sup>. Mais de 95% do espaço é destinado ao uso considerado rural: 38% com área de proteção ambiental, 25% com atividades agrícolas, 19% com mata natural e 14% com reflorestamento. Destaca-se que 60% do território é considerado como área de manancial hídrico.

---

<sup>1</sup> Até a realização deste trabalho não era significativo nas discussões sobre a agricultura sustentável marcar a diferença entre a agricultura orgânica e a agroecologia. Enquanto a primeira é, atualmente, entendida como um sistema de produção acessível a qualquer segmento social, a segunda é assumida como um processo que envolve as relações de produção no contexto da agricultura familiar. Entretanto, para este estudo, está se assumindo a agricultura orgânica como um processo de construção social, onde a agricultura familiar é central.

<sup>2</sup> A seguir apresentar-se-á a definição do que se entende por agricultor tradicional e neorural. Entretanto, para melhor apreensão, adianta-se que o agricultor tradicional é aquele que tem toda a sua trajetória de vida ligada à ruralidade, enquanto o agricultor neorural tem sua trajetória no meio urbano e recentemente fez a opção pela ruralidade como um modo de vida.

<sup>3</sup> As regiões metropolitanas criadas pela Lei Complementar nº 14, em 1973, foram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi deixada fora deste decreto, porém decretada em 1974.

Além disso, encontra-se na região expressiva parcela de população residente e com atividades rurais: ao longo dos últimos 50 anos (1950-1996), a população rural dos 14 municípios que originalmente formaram a RMC não apresentou decréscimos drásticos, passando de 165 para cerca de 103 mil pessoas, no período. Saliente-se que é uma população que ocupa as terras rurais desde meados do século XIX, a maioria descendente dos primeiros imigrantes europeus, de tradição camponesa, que, estimulados pelo Estado, para cá vieram a fim de formar uma estrutura agroalimentar regional<sup>4</sup>. Atualmente a região é predominantemente produtora de olerícolas, sendo considerada a 3ª na produção de hortifrutigranjeiros, abastecendo diferentes estados do país. Mais de 80% dos estabelecimentos têm área menor do que 50 hectares, onde predomina a agricultura familiar, sendo a família não só a proprietária da unidade produtiva, mas a responsável pela organização, pelo trabalho e pela tomada de decisões.

Diante deste quadro fica a indagação: se o espaço rural da RMC é tão extenso em termos territoriais, se a população nele residente é ainda expressiva, porque então o rural é tão invisível às políticas públicas, às pesquisas e estudos regionais? Porque os agricultores que ali vivenciam a ruralidade são tão poucos conhecidos no seu modo de viver? Por fim, porque alguns destes agricultores estão optando por uma nova prática produtiva - a agricultura orgânica?

Com essas inquietações é que se definiu o fio condutor do trabalho. O ponto de partida são as discussões teóricas que referem-se às questões dos atributos e manutenção da ruralidade, como um modo de vida, como uma sociabilidade do mundo rural. Destaca-se que nesse espaço as relações internas são específicas e diversas daquelas impostas por um modo de viver urbano, que se pretende homogeneizador para o conjunto social. Nesse contexto há vários trabalhos que apontam para a necessidade de se retomar os estudos sobre o rural, investigando novas emergências na ruralidade, decorrentes de seus atributos intrínsecos e relações internas específicas, a fim de se re-conhecer como e quais os processos em curso no espaço rural que vem atualizando a ruralidade.<sup>5</sup> Não menos importante são as discussões acerca da

---

<sup>4</sup> Ver o estudo de SANTOS (1992), Alimentar o Paraná Província: A Formação da Estrutura Agroalimentar.

<sup>5</sup> Para se ter uma síntese desta abordagem, recomenda-se consultar o recente artigo da professora Maria Nazareth Baudel Wanderley (2000), "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o 'rural' como espaço singular e ator coletivo".

constituição, dissolução e recomposição da categoria camponato, revigorada atualmente no debate nacional e internacional pela noção da agricultura familiar<sup>6</sup>.

Articulando essas preocupações com aquelas relativas a temática do meio ambiente e do desenvolvimento, foco de atenção nos debates atuais, verificou-se que o sistema de produção da agricultura orgânica se apresenta como uma estratégia para se trazer à visibilidade um modo de viver a ruralidade na RMC. Esta prática questiona a agricultura produtivista, exigida pelo modelo desenvolvimentista da “revolução verde”, baseada no uso intensivo dos recursos naturais, de insumos sintéticos, e excludente de mão-de-obra. A agricultura orgânica, derivada de uma prática histórica, sistematizada em várias correntes desde o final do século passado, na atualidade se inscreve no contexto da agricultura sustentável, buscando outros paradigmas em um modelo de produção agrícola e social, cuja potencialidade decorre da compatibilização de práticas tecnológicas com as complexas relações ecológicas e sócio-econômico-culturais.

As indagações sobre o rural da RMC e as discussões relativas a ruralidade, a agricultura orgânica, ao meio ambiente e ao desenvolvimento, conduziram a formulação de uma questão central a ser abordada: *como é possível reconstruir a ruralidade nas sociedades contemporâneas, de modo a reproduzir e transformar um rural que não seja o contraponto negativo das cidades e da modernidade, nem o espaço a ser uniformizado pela industrialização - que atores, que projetos, que estratégias?, mais especificamente, no que concerne à Região Metropolitana de Curitiba, que papel tem nesse processo a agricultura orgânica, personalizada em seus principais atores – agricultores, técnicos e associações?*

A pesquisa que dá origem a este artigo foi realizada em 12 municípios da RMC<sup>7</sup>, que fazem limite com Curitiba. Neles situam-se os agricultores orgânicos, os quais estão organizados em torno da primeira e principal associação existente à época, a AOPA. A Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), fundada em 1995, na

---

<sup>6</sup> Neste trabalho está se tratando a agricultura familiar a partir dos termos propostos em LAMARCHE (1993), para quem a família é a gestora de decisão, organização e direção nos rumos da unidade produtiva. A noção de agricultura familiar se assenta no tripé: “família-produção-trabalho”. O caráter familiar é que permite que se estabeleça a diferença entre a agricultura patronal e a familiar. A agricultura familiar resulta da combinação de diferentes formas sociais, no tempo e no espaço, entretanto ela “não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, a diversidade” (op. cit. p18)

<sup>7</sup> Os municípios pesquisados foram: à oeste do pólo – Campo Largo, Campo Magro e Araucária; ao norte – Almirante Tamandaré, Colombo e Rio Branco do Sul; a leste – Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Quatro Barras e Piraquara; e, ao sul – Mandirituba e Tijucas do Sul

época da pesquisa tinha cerca de 250 famílias associadas, organizadas em 17 grupos de agricultores, situados na RMC e na Região Sul do Estado do Paraná. A importância de se assumir os agricultores orgânicos associados a AOPA como principal referência na definição do universo da pesquisa, deve-se ao fato da entidade procurar garantir para os agricultores um processo de capacitação para o sistema de produção, com orientação técnica, política e organizacional e, além disso, buscar assegurar a comercialização dos produtos, garantindo sua procedência para o mercado consumidor.

No momento da pesquisa, setembro de 1998 a março de 1999, havia 87 famílias de agricultores orgânicos da RMC associadas a AOPA. Destas, 57 foram entrevistadas, 20 foram excluídas da amostra e 10 não foram encontradas no estabelecimento. A amostra foi definida a partir dos seguintes critérios: a) o agricultor praticar a agricultura orgânica há pelo menos seis meses; b) a renda da agricultura orgânica representar 30% da renda familiar; c) pelo menos um dos membros da família ser o responsável e estar praticando a agricultura orgânica em tempo integral.

Antes de se apresentar alguns dos resultados da pesquisa, serão abordados os pressupostos teóricos que contribuam para a orientação e análises no trabalho.

## **1. Algumas reflexões sobre a ruralidade**

Neste trabalho a ruralidade e o rural não são entendidos como termos distintos. Assim como em DURÁN (1998),<sup>8</sup> considera-se que a distinção entre esses termos não deve constituir-se em uma questão ou ainda, deve ser ignorada, especialmente quando os propósitos do trabalho se inscrevem na investigação de uma multiplicidade de aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos. Para o autor, ruralidade

---

<sup>8</sup> DURÁN menciona que podem ser atribuídas distinções clássicas ao rural, como referente a um meio geográfico particular, e à ruralidade, como referente a uma cultura ou forma de vida vinculada a esse meio. Entretanto, considera que essas distinções implicariam considerar toda a sorte de diversidade de meios geográficos, o que comprometeria severamente a credibilidade de qualquer generalização. Por outro lado, a definição abstrata da ruralidade poderia resultar em contradição com espaços e temporalidades concretas. Por essa razão julga mais adequado o uso de um termo pelo outro. (DURÁN, 1998, p.76)

es una palabra polisémica y no específica que sugiere una considerable diversidad de imágenes cuando es mencionada (...) Ruralidad es una construcción social contextualizada... Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan. La naturaleza reflexiva de la ruralidad se manifiesta en su capacidad para adoptar los influjos de las acciones socioeconómicas endógenas o exógenas que interfieren sobre ella y para adaptarse a los efectos de esas acciones. (DURÁN, 1998, p.77)

Ao assumir a ruralidade como uma construção social específica no conjunto societário, quer-se dar ênfase e compartilhar com abordagens mais recentes que entendem que os estudos sobre a ruralidade devem destacar que se está tratando de *um modo de ser e um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico*, MARTINS (2000). Essa singularidade está presente nos estudos atuais de FERREIRA & JEAN (1999), quando afirmam que *le rural et l'urbain constitueraient deux 'types idéaux' de formes territoriales de la vie sociale, porteurs des singularités malgré la croissante interpénétration des deux mondes*, e também nas propostas de WANDERLEY (1999), para quem a ruralidade/o rural devem ser conhecidos nos seus termos e não referindo-se *à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente*.

Entretanto, a relação rural e urbano no âmbito da modernidade tem sido sistematicamente tensionada por um tipo de concepção que valora positivamente o urbano como *locus* privilegiado de realização do que é moderno e do que é o progresso, e negativamente o rural como *locus* do que é tradicional e do que é atrasado.

Não está se falando aqui de “espaços rurais marginais” mas do “meio rural vivo” (KAYSER, 1998). Este, mesmo que integrado a sociedade e ainda que possa ser dotado de paridade social<sup>9</sup>, permanece sendo visto como o *locus* do atrasado, do tradicional. Não resta dúvida de que a maior parte das sociedades rurais tem vivido

---

9 Wanderley (2000) menciona que nas sociedades modernas a distância física e social entre habitantes do urbano e do rural foi sendo progressivamente diminuída. Atualmente, observa-se uma paridade econômica e social tanto em relação ao “acesso a bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades”. A essa condição refere-se a “modernização rural”, que aproxima, por meio de indicadores econômicos e sociais, populações urbanas e rurais. Porém, essas condições não eliminam modos de vida particulares em um ou outro espaço social.

intensos processos de transformação tanto na base produtiva como na organização social, porém, tal processo ultrapassa o meio social rural e estende-se ao conjunto da sociedade.

Como então dar visibilidade ao mundo rural e à ruralidade, se este é como que um estágio civilizatório a ser ultrapassado, a estar ingresso na modernidade somente a partir de parâmetros que não são da sua constituição socioespacial.

Neste sentido é que a noção de *sociedades sustentáveis*, enunciada por CHAMBERS (1986)<sup>10</sup>, permite uma abertura na direção da diversidade, pois considera que as pessoas *“devem ser sujeitos e não objetos de ‘desenvolvimento’.... o meio ambiente e o desenvolvimento, são meios e não fins em si mesmos*. Nesse sentido ele (o autor) se refere à *sustentabilidade dos modos de vida (sustainable livelihoods) onde a qualidade de vida passa a ser uma prioridade*”. (in DIEGUES, 1994, p. 28)

A noção de sociedades sustentáveis, segundo DIEGUES (1992), embora ainda esteja “no canteiro de obras”, alinha-se na busca de novos paradigmas para sociedades ecológica e socialmente mais justas. ROBINSON (1990) considera que o conceito de “sociedades sustentáveis” tem uma conotação mais ampla que o de desenvolvimento sustentável, principalmente por tratar a sustentabilidade “como um princípio ético, normativo, como um processo e não como uma categoria analítica”. (In: DIEGUES, 1992, p. 28)

### **1.1 O rural como categoria de análise**

O mundo da modernidade tem se surpreendido pela manutenção, pela permanência, pela capacidade de transformação e de mudanças do mundo tradicional, nesse caso o rural. Sistemáticamente tem-se anunciado o fim do rural, pois se vêem

---

10 A noção de “sociedades sustentáveis” foi desenvolvida por Chambers (1986) num contexto em que se discutia a manutenção de populações tradicionais em áreas protegidas, como forma de resguardar-lhes a integridade social, econômica e cultural, ao mesmo tempo em que se resguardavam as áreas naturais onde viviam essas populações. Nessas condições, Chambers afirma que “(...) ainda mais importante, e menos reconhecido, o modo de vida sustentável nessas áreas de florestas e pobres em recursos é uma salvaguarda política contra a pilhagem e degradação pelos interesses econômicos comerciais (...) Quando as populações rurais pobres têm assegurados seus direitos à terra e a uma quantidade suficiente de bens para cobrir imprevistos, elas tendem a ter uma visão a longo prazo, (...) nesse sentido sua perspectiva temporal é mais longa que a dos interesses comerciais (...) Acesso à terra e aos recursos naturais assegurados, juntamente com condições de vida adequadas são pré-requisitos para a conservação apropriada dos recursos naturais. Ainda mais, a segurança de modos de vida sustentáveis são uma pré-condição para uma população estável a longo prazo”. (in: DIEGUES, 1994, p.86)

nele vários atributos, econômicos, sociais e culturais, à margem da lógica capitalista, como que guardando resquícios de uma “velha ordem”.

Henri Lefebvre destaca que os estudos sobre o rural só se tornaram relevantes no âmbito da ciência, a partir do momento em que apresentaram problemas práticos às sociedades<sup>11</sup>. Os procedimentos e resultados de muitos desses estudos foram criticados pelo autor, quando na década de 50 chamou à atenção dos sociólogos dizendo que as questões do mundo rural são muito mais diversas e múltiplas do que tem parecido. Por essa razão considerava que a sociologia tinha uma dívida com a ruralidade, uma vez que os estudos sociológicos “passaram do estudo dos povos ‘primitivos’ ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima, por assim dizer, dessa realidade tão vasta no tempo e no espaço”. (In: MARTINS, 1986, p.164)

Também na sociologia brasileira as inquietações sobre os rumos das investigações sobre o rural estão presentes já nas décadas de 60 e 70, como por exemplo, em Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz (In: SZMRECSANYI & QUEDA, 1972). Ambos consideram que os estudos de sociologia rural no Brasil, até aquele momento, não falavam da sociedade global brasileira, e o tratamento polarizado nas relações rural/urbano deveria ser encarado como “falso problema”, pois conduzia a explicações falsas ou insolúveis.

Nas duas últimas décadas, esses questionamentos continuam presentes entre vários pesquisadores, atualizados segundo as transformações recentes e aceleradas no conjunto societário. Verifica-se que nas pesquisas atuais sobre a ruralidade há duas perspectivas: de um lado, aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia do industrialismo e da urbanização; de outro lado, a outra perspectiva que, observando os mesmos processos macrosociais, constata que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade contemporânea, ao contrário, as particularidades de modos de vida que se desenrolam nesse espaço social permitem

---

<sup>11</sup> LEFEBVRE (in: MARTINS, 1986) relembra que um dos exemplos foi o caso francês, quando na metade do século XIX, com a repartição das heranças e das terras, com o êxodo rural e com a constituição de um mercado nacional que levou à reorganização da estrutura agrária, as técnicas modernas empregadas na produção agrícola fizeram com que a realidade vivida nos campos fosse “julgada digna de interesse e de estudos científicos”. Também nos Estados Unidos, local de surgimento e desenvolvimento da sociologia rural, o interesse pelas questões rurais foram decorrentes de situações práticas, que exigiam medidas dos sucessivos governos.

que sejam observadas e constatadas as permanências, as reconstruções, as emergências de processos sociais e ambientais que dão especificidade a esta forma socioespacial que é a ruralidade.

Para aqueles que pesquisam o mundo rural sob a primeira perspectiva, as diferenças entre rural e urbano deixam de existir, e dessa perspectiva se considera que o campo é cada vez mais identificado com a cidade, submetido a homogeneidade nas formas econômicas e sociais de organização e da produção.<sup>12</sup> O que se observa, portanto, é uma retomada da teoria do *continuum* destacando-se que os processos rurais contemporâneos são uma continuidade espacial dos processos urbanos.

Contudo, este estudo se alinha à segunda perspectiva, aquela que identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se “perde” nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Nos dizeres de Maria Nazareth Baudel Wanderley, *as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural; mas para a emergência de uma nova ruralidade*. (grifo da autora) (WANDERLEY, 2000, p. 4)

Desde os anos 80, a perspectiva da emergência de uma nova ruralidade está em curso no debate nacional e internacional, pesquisadores têm elencado elementos que permitem repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Neste contexto é que observa-se o uso de algumas designações, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a resignificação do rural, etc.<sup>13</sup>

José de Souza Martins<sup>14</sup> fez um balanço recentemente dos estudos relativos ao mundo rural, onde aponta que tanto os pesquisadores como a própria ciência (a sociologia rural e seus sociólogos) têm uma dívida que só poderá ser resgatada na medida em que se busque entender o rural como um meio social qualitativamente diferente do urbano. Diz o autor, "a sociologia praticada até o momento foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia

---

12 No caso brasileiro, GRAZIANO DA SILVA (1996) tem defendido essa tese, baseado principalmente nas estatísticas sobre a ocupação da população economicamente ativa (PEA) rural, que apontam que na metade da década de 90, na Região Sudeste, mais de 40% dos ocupados no setor primário encontravam-se ocupados em atividades não-agrícolas.

13 Essa discussão está em: KAYSER (1990); JOLLIVET (1994, 1998); DURÁN (1998); JEAN (1997); FERREIRA & JEAN (1999); WANDERLEY (1998, 2000); ABRAMOVAY (2000); e MARTINS (2000).

propriamente rural (...) Não raro o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse de sociólogos rurais pelo 'lado negativo'.... Não por aquilo que as populações rurais eram e sim por aquilo que os sociólogos gostariam que elas fossem". (op.cit. p.1/2)

Assim, as reflexões sobre a ruralidade na atualidade exigem o re-conhecimento do rural, tanto nas suas relações com o urbano, como segundo as suas relações internas e específicas. A possibilidade de se estudar novas ruralidades

supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). WANDERLEY (2000, p.2)

A partir destas reflexões se analisa a agricultura orgânica como uma estratégia desenvolvida por agricultores, técnicos e associações, no processo de reconstrução da ruralidade na Região Metropolitana de Curitiba. Embora se reconheça que são vários os processos em curso nessa nova ruralidade,<sup>15</sup> o que interessa observar com maior detalhe é o lugar da agricultura e dos agricultores nessa trama socioespacial.

## **2. A agricultura orgânica como estratégia de uma nova ruralidade na RMC**

Dentre os processos sociais em curso no rural da Região Metropolitana de Curitiba, há um que vem sendo desenvolvido por um segmento específico de agricultores familiares: a adoção do sistema produtivo da agricultura orgânica. Esta adoção que se traduz para os agricultores tradicionais num processo de conversão

---

<sup>14</sup> Exposição apresentada no encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, agosto de 2000.

<sup>15</sup> Cada vez mais se discorre sobre a diversidade de processos no meio rural, onde não mais a agricultura predomina como atividade, mas divide a paisagem com a indústria, os serviços, os meios e vias de comunicação. O rural não tem mais só um destino produtivo, mas ele é também um espaço de consumo, voltado ao lazer e turismo, bem como a residências permanentes ou secundárias da população urbana, de moradores urbanos, além de constituir parte integrante do patrimônio ambiental, reivindicado por populações urbanas, na preservação de matas, solo, água e paisagem. Essa discussão está bem desenvolvida e sistematizada em WANDERLEY (2000) e ABRAMOVAY (2000).

produtiva, para a maioria dos agricultores neorurais é o início de sua trajetória na agricultura. Entretanto, para ambos, esta é uma *estratégia* que tem permitido a viabilização de um projeto de vida no meio social rural.

A noção de estratégia é entendida neste trabalho nos termos propostos por BOURDIEU (1990). Para este autor, estratégia é uma noção que remete ao sentido prático da reprodução social. Por meio dela é que se pode realizar a investigação a meio caminho entre o objetivismo e o subjetivismo. O senso prático pode ser comparável àquele existente no sentido de um jogo, “um jogo social particular, historicamente definido”, cujas condições para se estar no jogo “se adquire desde a infância, participando de atividades sociais”. Entende-se que a possibilidade de se olhar para uma ruralidade emergente e reconstruída por agentes sociais da RMC, para usar os termos de Bourdieu, resulta das condições adquiridas pelos mesmos, que lhes permite fazer e refazer “uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidas e variadas, nunca perfeitamente idênticas”.

Entretanto, percebeu-se que as estratégias individuais de agricultores orgânicos da RMC se entrecruzaram e se reestruturaram na medida em que um conjunto destes, estabelecendo alianças com outros setores sociais, fundaram a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA). A associação atua em várias frentes, estabelecendo relações e afinidades com setores que interagem na perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

A AOPA, a prática dos agricultores, a atuação de setores urbanos, de consumidores de alimentos orgânicos colaboram na construção social não só de um projeto como de uma identidade<sup>16</sup> desta prática produtiva. A ação empreendida por estes agentes ocorre num contexto mais amplo, voltado à uma agricultura social e ambientalmente mais justa, que valoriza a ruralidade como um espaço de produção social.

---

<sup>16</sup> Aqui está se entendendo identidade nos parâmetros apontados por CASTELLS (2000) quando menciona a idéia de *identidade de projeto*. Segundo o autor esta se dá “quando atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”(p. 23/24).

## 2.1 Os agricultores orgânicos da RMC: agricultores tradicionais e neorurais

Dentre os 57 estabelecimentos de agricultores orgânicos da RMC pesquisados, é no âmbito da família que se toma a decisão, se discute a organização e a direção de todos os aspectos relativos às atividades produtivas e sociais. Essa condição constitui um importante patrimônio sócio-cultural dos agricultores e da ruralidade à ser transmitido às gerações futuras.

Os agricultores orgânicos da Região Metropolitana de Curitiba, não se caracterizam como um segmento social homogêneo, embora pertençam à categoria social da agricultura familiar. LAMARCHE (1993, p. 22), apresenta uma tipologia que busca retratar a diversidade entre os agricultores familiares, segundo as diferentes lógicas existentes nas unidades agrícolas – desde aquelas regidas somente pela demanda da família até aquela onde a produção norteia-se por uma racionalidade empresarial capitalista. Esta tipologização contribuiu para a compreensão dos agricultores orgânicos aqui analisados, entretanto, o parâmetro norteador para a diferenciação refere-se a trajetória de vida do responsável pela unidade produtiva. A partir dele é se configuraram dois grandes grupos: o dos agricultores tradicionais e o dos agricultores neorurais.

O(a) agricultor(a) orgânico(a) tradicional é aquele(a) que tem toda a sua trajetória de vida no mundo rural, e, o(a) agricultor(a) orgânico(a) neorural é aquele(a) cuja trajetória de vida foi, até recentemente, vivenciada no mundo urbano. Para efeitos deste trabalho, será adotada a nomenclatura de **agricultor tradicional** e **agricultor neorural**, para o responsável pelo estabelecimento produtivo orgânico, não se destacando o gênero ao que o mesmo pertence.

Dos 57 agricultores entrevistados na RMC, 32 (56%) são identificados como pertencentes ao grupo dos agricultores tradicionais e os outros 25 (44%) como ao grupo dos agricultores neorurais<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> O agricultor neorural é uma noção em processo de construção, segundo GUILIANI (1990, p.60). Embora no Brasil suas dimensões sejam pouco conhecidas, mesmo que se identifique a ocorrência em diferentes regiões de um certo número de “novos-rurais”, aparentemente as motivações permanecem as mesmas daquelas manifestas pelo movimento francês, que deu origem à noção. Ou seja, o que parece é que aqui também se aspira por “relações diretas com a natureza, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ar puro e tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas, e sobretudo a auto-determinação” (ibid., p.59).

## Quadro 1 - Tipologia dos agricultores orgânicos identificados na RMC

Agricultor(a) tradicional	Agricultor(a) neorural
Aquele que tem uma trajetória de vida que se reproduz material, social e culturalmente no meio rural. A maior parte são descendentes de imigrantes europeus, do final do século XIX.	É uma noção em processo de construção. Assume-se que é o agricultor que “por uma livre escolha, bem precisa e particular, decide não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais”.
São agricultores familiares, heterogêneos como segmento social, especialmente no que diz respeito ao grau de integração na economia de mercado, há desde o produtor de subsistência, ao empresário rural, com a produção voltada às demandas do mercado.	O “neo-ruralismo” é um conceito que surgiu na França, no final dos anos 60, como um movimento de contracultura. No Brasil suas dimensões são ainda pouco conhecidas.

Para se verificar a pertinência dos dois grupos de agricultores, construiu-se um indicador de diferenciação a partir do responsável pelo estabelecimento orgânico. Para compor esse indicador utilizaram-se as variáveis relacionadas a origem e a trajetória do agricultor, as quais estão relacionadas no quadro a seguir.

## Quadro 2. Indicador de tipificação do agricultor orgânico da RMC, baseado na origem e trajetória do agricultor

Variáveis de composição do indicador de diferenciação dos agricultores orgânicos da RMC		Grupo de agricultor (em %)	
		Tradicional	Neorural
Número absoluto de agricultores entrevistados		32	25
1 – nasceu na área rural		100	35
2 – nasceu na área urbana		-	65
3 – tempo na agricultura	- 5 anos	-	40
	5 a 10 anos	-	30
	10 a 15 anos	10	30
	15 a 20 anos	25	-
	+ de 20 anos	65	-
4 – pais eram agricultores		50	29
5 – avós eram agricultores		100	54
5 – as Terras atuais são da família de origem		70	16
6 – as terras atuais foram adquiridas nos últimos 10 anos		10	84
7 – nunca saiu da atual propriedade		60	-
8 – migração no interior da ruralidade		40	-
9 – migração do urbano para o rural		-	100

FONTE: Pesquisa de campo, 98/99.

Do conjunto dos agricultores pesquisados, em 70% dos estabelecimentos os homens são os responsáveis pelo sistema de produção na agricultura orgânica, enquanto as mulheres são as responsáveis por 30% das unidades produtivas. Entre os tradicionais a participação dos homens é um pouco maior, 80% dos estabelecimentos. Neste caso verificou-se uma situação bastante interessante: em várias das situações onde o homem assume hoje a responsabilidade pela produção orgânica, quem insistiu para que a mesma fosse iniciada foram as mulheres. Durante as entrevistas houveram relatos em que elas salientavam que a decisão pelos primeiros riscos foram delas, instalando pequenas hortas, experimentando as novas orientações técnicas, verificando os primeiros resultados e comercializando os primeiros produtos. A partir dessas condições é que os homens passaram a acreditar nesse sistema de produção, apoiando o trabalho já iniciado.

Entre os agricultores neorurais, observa-se outra tendência. Embora não sejam maioria, são as mulheres, em 40% dos estabelecimentos, que assumem a responsabilidade pela condução das atividades na produção orgânica da propriedade. Essa situação é decorrente, em parte, do fato de um dos cônjuges ter o seu trabalho remunerado fora da esfera da propriedade, no meio urbano, na maioria das vezes trabalhando como empregado em instituição pública, empresa privada, estabelecimento de ensino, em entidades não-governamentais, ou como autônomo/prestador de serviços.

No quadro a seguir, apresenta-se uma síntese das principais informações referentes aos dois grupos de agricultores orgânicos da RMC, as quais permitem que se conheça um pouco de suas características, tanto para o grupo específico como para o conjunto dos agricultores orgânicos.

### Quadro 3 – Algumas características dos agricultores orgânicos da RMC

Agricultor(a) Tradicional	Agricultor(a) Neorural
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mais de 90% são casados,</li> <li>✓ 37% têm entre 40 a 49 anos,</li> <li>✓ 50% têm escolaridade até a 4ª série do 1º grau,</li> <li>✓ mais de 85% são proprietário do estabelecimento,</li> <li>✓ 60% têm estabelecimento até 10 hectares,</li> <li>✓ 75% praticam agricultura orgânica há menos de 2 anos,</li> <li>✓ 6% considera ótima a integração entre atividades do estabelecimento e os recursos naturais,</li> <li>✓ 30% têm outras fontes na composição da renda familiar, com algum dos cônjuges exercendo atividade fora da meio rural,</li> <li>✓ 19% têm renda maior do que 20 salários mínimos*,</li> <li>✓ 100% exercitam a sociabilidade na localidade, participando e atuando na igreja, em festas e eventos locais, em entidades de classe e associações,</li> <li>✓ A terra é um importante patrimônio para os agricultores,</li> <li>✓ + de 80% transmitirão as terras para os filhos e esperam que os mesmos no futuro permaneçam morando e vivendo no meio social rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 36% são solteiros,</li> <li>✓ 64% têm entre 29 a 39 anos,</li> <li>✓ 72% têm escolaridade até o 3º grau,</li> <li>✓ mais de 85% são proprietário do estabelecimento,</li> <li>✓ 60% têm estabelecimento até 10 hectares,</li> <li>✓ 60% praticam a agricultura orgânica há mais de 5 anos,</li> <li>✓ 20% considera ótima a integração entre atividades do estabelecimento e os recursos naturais,</li> <li>✓ 52% têm outras fontes na composição da renda familiar, normalmente um dos cônjuges permanece com alguma atividade no meio urbano,</li> <li>✓ 44% têm renda maior do que 20 salários mínimos*,</li> <li>✓ a sociabilidade local se dá principalmente por meio da participação nos grupos de associados a AOPA,</li> <li>✓ A terra é um importante patrimônio para a maioria dos agricultores,</li> <li>✓ 60% pretendem transmitir a terra como patrimônio para os filhos, entretanto, mais de metade deles preferem não se manifestar quanto ao futuro dos filhos.</li> </ul>

Fonte: KARAM, Karen. "Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade". Tese de Doutorado, 2001.

\* Na época da pesquisa (nov98/mar99) o salário mínimo correspondia a R\$ 130,00 (cento e trinta reais)

### 3. Considerações finais

Identificou-se dois elementos fundamentais no decorrer destes estudo que têm permitido se analisar a agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade na RMC, quais sejam:

- a) *A análise da formação histórica do rural da Região Metropolitana de Curitiba permitiu que se constatasse haver um conjunto de elementos favoráveis ao desenvolvimento atual da agricultura orgânica na região. Devido à formação de uma estrutura agroalimentar, baseada na experiência do camponês europeu, e da relação que os dois meios rural e urbano mantiveram no decorrer do tempo. Esta mesma relação se estende até a atualidade, decorrente da prática da horticultura convencional exercida por agricultores familiares, destinada a atender as demandas da metrópole de Curitiba, fato este que contribui para a manutenção de uma base agrícola regional. Aqui se encontram os agricultores tradicionais e recentemente os agricultores neorurais.*
- b) *No meio social urbano da RMC verificou-se a atuação de outros atores sociais, desde o final da década de 70, envolvidos no processo de construção de outros paradigmas societários, baseados em formas produtivas não agressivas ao meio ambiente e com maior equidade social na agricultura. Agentes urbanos representados por assessores de entidades, profissionais liberais, técnicos de instituições governamentais e mesmo consumidores de produtos orgânicos, que têm atuado em um projeto social onde a agricultura orgânica é uma estratégia.*

Verificou-se que a fusão destes elementos pode ser vislumbrada na própria história da AOPA, a qual sintetiza os elementos orquestrados por meio da agricultura orgânica, que tem permitido viabilizar uma nova ruralidade na RMC. A associação representa a aglutinação de interesses do meio rural e do meio urbano, pondo em interação distintos atores sociais. Viabiliza, por meio da comercialização, que a

atividade típica do meio rural - a agricultura - seja revalorizada pelos próprios agricultores, ao mesmo tempo em que é valorizada e demandada por segmentos sociais do meio urbano, por meio da oferta de alimentos saudáveis e em consonância com os requisitos de cuidado com o meio ambiente.

Por fim, é pertinente retomar a noção de estratégia que norteou o trabalho. Por meio dela verificou-se que a agricultura orgânica na RMC pode ser assumida como “o instrumento de uma ruptura”, no que diz respeito à agricultura convencional moderna, que pretende homogeneizar formas e relações de produção nas sociedades contemporâneas. A agricultura orgânica na RMC tem um “sentido prático”, e por seu intermédio os atores sociais têm podido atuar como sujeitos no processo social, mesmo que muitas vezes seja um processo contraditório, desgastante ou até conflitivo, pois nele cabem modos de vida não padronizados. Dentre estes está a ruralidade. Ela não é o contraponto do urbano, é o *locus* onde agentes sociais podem exercitar seu modo de viver, de produzir, de socializar-se, individual, familiar e coletivamente, ao mesmo tempo em que mantêm a interação e inter-relação com outros meios sociais, sem que isso implique descaracterizar-se ou diluir-se socialmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234 p.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo. Paz e Terra, v. I, 2000.
- DIEGUES, Antonio C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 06, n. 1/2, p. 22-29, jan./jun. 1992.
- \_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP, 1994. 163 p.
- DURÁN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSANYI T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.
- FERREIRA, Angela D. D.; JEAN, Bruno. **La reconstruction de là ruralité: une approche entre le Québec, Canada et le Paraná, Brésil**. 33 f. No prelo.
- GIULIANI, Gian. M. O Novo Estilo dos Velhos Modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 14, p. 59-67, out./jan. 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju. **Anais**. Aracaju, v.1, p. 71/90, 1996.
- JEAN, Bruno. **Territories d'avenir: pour une sociologie de là ruralite**. Québec: Université du Québec, 1997. 318 p.
- JOLLIVET, Marcel. \_\_\_\_\_. A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n. 11, p. 05-25, out. 1998.
- KARAM, Karen F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. Curitiba, 2001. 232 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pr -Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná.
- KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: A. Colin, 1990. 316 p.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993. 336 p.
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. S. de (Org). **Introdução crítica à sociologia rural** São Paulo: Hucitec, 1986 (a).
- MARTINS, José S.(Org.). **Introdução crítica à sociologia rural** São Paulo:Hucitec, 1986.224p.

\_\_\_\_\_. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **X CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL**, Rio de Janeiro, ago. 2000, 6 f.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Orioaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972.

SANTOS, Carlos R. A. **Alimentar o Paraná Província – A formação da Estrutura Agroalimentar**. Curitiba, 1992. 231p. Tese (Concurso Professor Titular em História do Brasil) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Orioaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972.

SOROKIN, P., ZIMMERMAN, C. e GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José. de S. (Org). **Introdução crítica à sociologia rural** São Paulo: Hucitec, 1986.

STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Orioaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Texto elaborado para Encontro Anual da ANPOCS, 20., Caxambu, outubro de 1996.

\_\_\_\_\_. **O lugar do rural**. Texto preparado para ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, out.. 1999. Fotocópia.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000. Fotocópia.